

## O conceito de referência na obra de P.F. Strawson e S.Kripke e a teoria contratual da referência na semiótica de Umberto Eco

Prof. Dr. Jones Alberto de Almeida (UFF)

### Resumo :

*O texto expõe a dificuldade das teorias do significado dos filósofos analíticos, especificamente, P.F. Strawson e S.Kripke, em criar pontes para o esclarecimento das narrativas ficcionais. Tal discussão avalia a extensão da influência das idéias de Strawson sobre a obra semiótica de Umberto Eco, na elaboração da teoria contratual da referência.*

**Palavras-chave:** crítica literária, filosofia analítica, ontologia, teoria da literatura.

O ecletismo utilizado por Umberto Eco, ao tentar uma síntese entre filosofia e literatura, vai gerar aporias em sua obra, quando da tentativa de elucidação da questão da referência em textos literários fundado na teoria do significado de P.F. Strawson (1975). Os estudos desenvolvidos por Umberto Eco (2007), relativamente ao problema da referência, desde a sua obra “Tratado Geral de Semiótica” até artigos mais recentes, demonstram não só a dificuldade do tema, mas também a extrema complexidade e os novos enigmas e incompletudes gerados quando se utilizam teorias de contextos não literários, na tentativa de criar pontes para o esclarecimento das narrativas ficcionais. Os trabalhos de Umberto Eco ao utilizar a teoria do significado de P.F.Strawson, caracteriza outro exemplo de tal derivação.

Afirma Umberto Eco na obra Kant e o Ornitorrinco:

Em Eco (1975:219) eu aceitava a proposta de Strawson (1950) para quem mencionar ou referir-se não é algo que uma expressão faz, mas é algo que alguém faz utilizando uma expressão. Strawson dizia depois que ‘dar o significado de uma expressão [...] é dar diretivas gerais para utilizá-la ao se referir a (ou mencionar) objetos particulares ou pessoas’ e que ‘dar o significado de um enunciado é dar diretivas gerais para utilizá-lo ao fazer asserções verdadeiras ou falsas’. (ECO,1998, p. 237).

Procura Umberto Eco na obra citada, defender a tese que decidir semanticamente se um enunciado tem ou não função referencial é matéria de contratação – em suma: de “**dar diretivas gerais**”. Para tal desenvolvimento ele utiliza a teoria de Strawson e a faz derivar para contextos literários, independente do fato daquele não haver estendido sua teoria do significado a análise de tais contextos. Apesar desta extensão ser legítima do ponto de vista da criação teórica, as implicações não o foram e tem mantido Eco, até as suas mais recentes publicações, nas encruzilhadas do labirinto da referência.

Em Sobre referir (*On referring*), faz Strawson (1975) uma breve menção a literatura, e

também uma confissão, ao relatar ter considerado durante algum tempo como espúria toda afirmação ficcional, afirmando que prefere agora considerá-las como utilizações não padrão ou secundárias: “[...] essas utilizações espúrias são muito corriqueiras. Os romances sofisticados, como os contos de ficção sofisticados (os menos sofisticados começam com: Era uma vez...) delas dependem”. (STRAWSON, 1975, p. 270).

Esta “dependência” está relacionada a distinção estabelecida por Strawson entre significar e o ato de referir. Como vimos anteriormente: “Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça, é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão” (STRAWSON, 1975,p.270). Quer ele assim demonstrar que uma sentença pode ser significativa e não se referir a coisa alguma:

Se eu começasse dizendo: ‘O rei da França é sábio’, e continuasse ‘e mora num castelo de ouro e tem cem mulheres’, e assim por diante, qualquer ouvinte compreender-me-ia perfeitamente bem, sem supor, ou que eu estava falando acerca de uma pessoa particular, ou que eu estava fazendo um enunciado (*statement*) falso segundo o qual existiria uma pessoa tal como as minhas palavras a descrevem. (STRAWSON, 1975, p. 270).

Deseja manter Strawson a distinção fundamental de sua tese, ou seja, que uma sentença pode ser significativa e não se referir a nada, pois lhe parecia um equívoco pensar como Russell e todos os seus adeptos, que a significação fosse função da referência, ou seja, que a significação de uma expressão dependa do fato de se saber com quais objetos temos de ter conhecimento. Significar não é o mesmo que referir. Para Russell só podemos falar do que é diretamente dado em ‘conhecimento por contato’, no sentido em que o intelecto está em ‘contato’ com universais e os sentidos com dados dos sentidos particulares.

Devemos observar para melhor entendimento da exposição, que Strawson desenvolveu para fins de análise uma distinção operacional entre “expressão” e “sentença”. Assim ele chama a locução “uma expressão” para se referir a uma expressão que possua uma referência que possa ser individualizada (*uniquely referring use*) e a locução “uma sentença” para se referir a uma sentença que se inicia com tal expressão.

A diferenciação visa separar os diferentes momentos em que falamos “acerca de” expressões e sentenças, de quando “utilizamos” expressões e sentenças. Em outras palavras – uso e menção: “A significação [...] é uma função da sentença ou da expressão; mencionar e fazer referência, verdade e falsidade, são funções da utilização da sentença ou da expressão” (STRAWSON, 1975, p. 266).

Assim no texto de Strawson as questões que se vinculam ao uso e a menção de expressões ou sentenças são separadas. Desta forma uma expressão ou sentença, pode ser significativa sem se

referir à coisa alguma, pois apenas o “uso” (legítimo e não fictício ou espúrio) permite a pergunta pela referência da “expressão” ou pelo valor de verdade da “sentença”. O significado de uma expressão ou sentença, portanto, consiste no conjunto de regras que autorizam a efetivação da referência.

O desdobramento desta tese fez com que Strawson visse a necessidade de distinguir dois tipos de regras: a) regras para referir (exemplo: **a cerca de que, de quem ou de qual, você está falando**) e, b) regras para atribuir (exemplo: **o que você está dizendo acerca disso, dele ou dela**). É este entendimento entre os vários tipos de utilizações que ira aclarar os “*puzzles*” da referência: “Nós podemos assim ao utilizar expressões significantes, fingir que fazemos referência, tal como ocorre nas fábulas ou nas ficções, ou pensar erroneamente que estamos fazendo referência a alguma coisa quando não estamos nos referindo a nada” (STRAWSON, 1975, p. 273).

Interessante notar que em nenhum momento Strawson demonstra tratar as obras literárias como algo que possua interesse para a sua análise. A sua preocupação em perguntar pelo uso das expressões em seu contexto de uso, parece que o fez considerar as obras literárias como originárias de um contexto espúrio, mesmo tendo mais tarde corrigido em nota de pé de página (STRAWSON, 1975, p. 269), a palavra “espúria” por secundária. Creio que tal opinião tenha origem no fato de Strawson defender o lema do segundo Wittgenstein (1979), que devemos perguntar pelo uso “real” das expressões, o uso primário ou ordinário, ao tentar esclarecer questões do âmbito da linguagem, relacionados ao significar – **“o significado é o uso”**. Parece que, na avaliação de Strawson, a literatura não seria manifestação dos jogos de linguagem ordinários, e por isso o texto literário é da dimensão do espúrio, do não autêntico, ou secundário.

Os problemas da interpretação de textos literários no que respeita aos problemas da referência e suas conseqüências são para Umberto Eco (1998) ilustrado por algumas situações muito pouco formais e maravilhosamente prolixas, como é característico neste livro de ensaios onde ele retoma temas tratados em outras obras, como resposta a uma dívida - “de não ter honrado alguns compromissos firmados” – quando da publicação do Tratado Geral de Semiótica. Entre os temas “a ser honrado” encontra-se o problema da referência, ao lado da questão da verdade, da percepção, enfim do que os semiólogos consideravam à época, “a soleira inferior” da semiótica.

A atitude dos semiólogos era considerar a questão da referência, como desprovida de interesse, seguindo a orientação geral dos estudos lingüísticos em que até mesmo os significados, e não apenas os significantes, eram apenas diferenciais e não caracterizados pelo seu conteúdo:

No significado de um signo eram registrados apenas os traços distintivos que o distinguiam com relação ao outros signos de uma língua, e não uma descrição dos seus possíveis referentes [...]. Da ‘Estrutura ausente’ até ‘As formas do conteúdo’, do ‘Signo’ ao ‘Tratado’ esforcei-me por encontrar títulos e fórmulas que

não dessem margem a dúvidas, como ‘equivoco do referente’ e ‘a falácia referencial’. (ECO, 1975, p. 394).

Passando de uma semiótica aparentemente “anti-referencial” a uma semiótica “não imediatamente referencial”:

Quer dizer, se antes parecia que eu afirmava que a semiótica não tem nada a ver com as nossas relações com a realidade, na segunda fase (no Tratado Geral de Semiótica) dizia que não é possível explicar como nós nos referimos à realidade, se antes não estabelecemos como damos significado aos termos que utilizamos. (ECO, 1998, p. 395).

Obviamente, tinham os semiólogos a consciência de que se usa a linguagem para atos de referência, entretanto a questão era metodológica, ou seja, como demonstrar que os discursos produzem efeitos reais: “o problema era ver a referência como função do significado, e não vice-versa” (ECO, 1998, p. 394). Esta, como dissemos, é a mesma opinião já defendida por Strawson em sua obra “*On referring*”. Admite Umberto Eco, em suma, que gostaria de manter uma posição teórica que afirmasse a validade de uma análise que evidenciasse um sistema de regras entre usuários - um contrato – para decidir se um enunciado tem ou não função referencial.

Daí a escolha de Umberto Eco pela teoria do significado de Strawson, (uma teoria tão distante das questões em crítica literária), como a base para refletir sobre o universo da referência. Podemos inferir que o estruturalismo aberto que se manifesta no “Tratado Geral da Semiótica”, exigia um pragmatismo que perguntasse pelo uso das expressões, ao analisar a vida da comunicação e o uso e a interpretação que se faz dos signos, e, por extensão, o desejo de não se envolver com teorias que implicam em compromissos ontológicos, como é o caso de Frege, com entidades abstratas, paraplônicas e de Russell com os universais, ou com aquelas teorias que dão ênfase ao significado como remetendo a uma extrema dependência do real extra lingüístico.

Umberto Eco, entretanto, afirma que apesar de ter aceito a proposta teórica de Strawson e ainda hoje (a afirmação texto é do ano de 1997) continuar pensando que esta elaboração seja satisfatória, ou seja, que referir seja um ato lingüístico, algo que alguém faz utilizando uma expressão, alega: “Isto não impede que seja muito embaraçoso dizer que tipo de ato lingüístico é e quais as suas condições de felicidade.” (ECO, 1998).

As semióticas estruturalistas haviam partido de um princípio semelhante às posições de Frege, ou seja, que a referência é possível porque conhecemos o significado dos termos que usamos para realizar atos de referência. O que corresponde ao conceito de sentido – o modo de apresentação do referente. Entretanto as semióticas estruturalistas não tinham interesse em aprofundar a análise do referente, o que os afasta do paradigma analítico de Frege, do modelo dualista do “sentido” e da

“referência”.

Entretanto, viu Umberto Eco na teoria de Kripke (1980) uma provocação a sua aprovação das teorias contratuais da referência, semelhante às ideias defendidas por Strawson, pois Kripke discordando dos semiólogos e de Frege, afirma que é possível realizar atos de referência que não pressupõem a compreensão do significado dos termos utilizados para referir. Trata-se do conceito de “designadores rígidos” desenvolvida por Kripke no contexto do que ficou conhecido como a “teoria causal da referência”.

O objetivo de Eco é demonstrar que a teoria de Kripke não é “persuasiva” e além de ambigüidades, não pode ser aceita porque a designação rígida pressupõe alguma descrição inicial, mesmo que muito genérica. Esta afirmação de Eco me parece um equívoco ao negar de forma radical o princípio que define um designador rígido, pois designador rígido, como quer Kripke não descreve, nem abrevia descrições, apesar do “batismo inicial” poder fixar a referência através de uma descrição. A argumentação de Eco pressupõe:

- (i) referir-se é uma ação que os falantes realizam com base em uma negociação;
- (ii) o ato da referência realizado utilizando um termo poderia, em princípio, não ter nada a ver com o conhecimento do significado do termo e nem sequer com a existência ou não do referente – com o qual não mantém nenhuma relação causal; (ECO, 1998, p. 250).

Até aqui a argumentação repete as posições de Kripke, entretanto no desenvolvimento não creio que Eco tenha sido “persuasivo”:

- (iii) contudo, não há designação definível como rígida que não se apóie numa descrição (“etiqueta”) de partida, mesmo que muito genérica;
- (iv) portanto, mesmo os casos aparentes de designação absolutamente rígida constituem encaminhamentos do contrato referencial, o momento inicial da relação ,nunca o momento final.(ECO, 1998, p. 250).

Kripke havia enfatizado que fixar a referência de um objeto qualquer não é a mesma coisa que dar um sinônimo para ele, e que a referência poderia ser fixada, ou por ostensão, ou por uma descrição, através de um batismo inicial. Realizado tal ato, esta referência é, de forma geral, determinada por uma cadeia causal, passando o nome de um elo (geração a geração) a outro.

A teoria do significado em Russell ao diferenciar nome próprio gramatical de nome próprio lógico, já havia distinguido para fins de análise, o que aqui Eco atribui aos nomes próprios gramaticais, ou seja, que ao usarmos cotidianamente tais nomes, pressupomos uma descrição, ou seja, não usamos os nomes próprios não lógicos como se tivéssemos (atualmente) conhecimento direto do que nomeamos, ficando sempre implícito no pensamento formulado pelo falante ou pelo ouvinte, uma descrição. Assim, diz Russell:

[...] podemos até ir ao ponto de dizer que, em todos os conhecimentos que podem ser expressados por palavras – com exceção de ‘isso’ ou ‘aquilo’, e de algumas outras palavras cujo significado varia em diversas ocasiões – nenhum nome, no sentido estrito ocorre que, o que parece serem nomes, constituem, na realidade, descrições. (RUSSEL, 1974, p. 174).

O equívoco de Eco é confundir esta descrição como fixando a referência. O que fixa a referência, para Kripke, é a cadeia causal e não apenas a descrição ou a ostensão do falante.

Para Kripke, ainda que todas as nossas crenças sobre um objeto qualquer sejam falsas, mesmo assim podemos nos referir a ele, porque a fixação da referência de um objeto deve ser distinguida de dar um sentido para este mesmo objeto. A referência está na dimensão de uma cadeia causal de significados, através da qual um nome foi passando coletivamente de uma geração a outra. Assim desde o momento em que um nome, por exemplo, foi fixado (para referir-se) “sobre” um objeto x, pode ocorrer que eu como falante, ao receber tal nome posteriormente, o receba com significados diversos àqueles originalmente fixado e que, portanto, minhas crenças relativamente ao objeto nomeado, sejam completamente secundárias para caracterizá-lo, apesar de sua referência poder ser estabelecida, isto é, eu sei ao que me refiro.

O fato é que tanto as teorias contratuais ou descritivas da referência, como a teoria causal da referência parecem apontar ou para intenção dos falantes ou para uma cadeia de transmissão social, que impede as teorias em seu formalismo de alcançar os desdobramentos necessários ao esclarecimento das operações de referência em toda a sua complexidade. Talvez esta seja uma outra forma de entender a máxima de Wittgenstein, a respeito daquilo que não podemos falar e deveríamos nos calar.

Em suma, afirma Eco que os debates em torno da ontologia da referência, ocorrem em função da ambigüidade que há entre dizer de uma expressão que ela não pode ser aplicada a nenhum referente e o fato de podermos usar esta mesma expressão para realizar um ato de referência. Os conflitos se iniciam ao não se reconhecer, que a realização do ato de referência é possível e independente da não existência do referente. Esta é a mesma distinção já feita por Strawson entre uso referencial e atributivo.

A análise de Umberto Eco, pretende abordar de forma não sistemática várias situações que uma teoria do significado, especialmente, uma teoria da referência deveria resolver. Destacarei duas questões que nos interessam, por tratarem da questão ontológica e do estatuto da referência de personagens fictícias.

Relativamente as personagens fictícias, mantém Eco que uma teoria contratual permite elucidar tal referência, se utilizarmos como procedimento geral, o uso estrito para atos de referência

que exclui nomes comuns, classes, gêneros, etc. e designarmos apenas indivíduos ou grupos de indivíduos, que possa ser enumerável (cada indivíduo pode ser caracterizado). Esta exigência tem por objetivo marcar o princípio que até para decidir se uma expressão designa um indivíduo ou uma classe é necessário um primeiro contrato, que afirme se a expressão tem função referencial ou não.

Segundo que podemos afirmar referência aos personagens fictícios do mesmo modo que nos referimos aos personagens reais, apesar da óbvia diferença de existências. Podemos fazê-lo no mundo possível da literatura e de seus mundos possíveis em particular (Exemplo: o mundo do texto de Machado de Assis, de Camões, etc.), pois tanto numa versão forte da referência “referência aos olhos de uma mente divina” ou numa versão fraca “realismo interno, referência aos olhos de uma comunidade” (ECO, 1998, p. 273), observamos que os mundos narrativos são sempre ‘pequenos mundos’, não possuem todas as características do mundo real: “Neste sentido, os mundos narrativos são ‘parasitários’ porque, se as propriedades alternativas não são especificadas, descontamos as propriedades que valem no mundo real” (ECO, 1998, p.274).

Entetanto, ao contratarmos um mundo possível somos obrigados a ser coerentes com a ‘realidade’ deste mundo. “[...] se nem sempre concordamos, isto depende do número de mundos possíveis em jogo, não do fato que, num mundo possível contratado com precisão, seja impossível fixar a referência” (ECO, 1998, p. 278).

O fato é que apesar destas distinções e, de uma maneira geral, Eco aceitar que uma teoria contratual da referência oferece bons indícios de negociação para o entendimento da referência, há uma quantidade enorme de casos específicos, particulares que se torna difícil contratar a referência.

Neste mesmo raciocínio, após tê-lo visto tratar de inúmeros exemplos em contextos literários, das várias situações em que a teoria como contrato falha ou deixa dúvidas a esclarecer (apesar de estimar nas operações desta teoria o “seu forte componente negociável”), observamos com ele “que o problema da referência escapam às semióticas estruturalistas e às semânticas modelistas por ser um fenômeno pragmático” (ECO, 1998, p. 244). Não podemos em inúmeros casos, contratar a referência independente das intenções e do repertório de informações de quem fala: “o problema da referência não pode ser resolvido em termos formais porque tem a ver com as intenções de quem fala” (ECO, 1998, p. 244).

A conclusão é que diferente do radicalismo anterior, e apesar de ainda manter uma aliança com as teorias da referência de caráter contratual, reconhece Umberto Eco que estas mesmas teorias não estão isentas de limitações na solução das dificuldades criadas pelo discurso ficcional.

## **Referências Bibliográficas**

ECO, Umberto. **Kant e o ornitorrinco**. Trad. Ana Maria B. Vieira. Rio de Janeiro: Record, 1998. 431 p. Tradução de: Kant e l'ornitorrinco.

\_\_\_\_\_. **Tratado geral da semiótica**. Trad. Antônio de Pádua Danesi; Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007. 282 p. (Coleção Estudos- 73). Tradução de: **Trattato di semiótica generale**.

FREGE, Gottlob. **Digressões sobre o sentido e a referência**. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. **Écrites logiques et philosophiques**. Paris: du Seuil, 1971.

\_\_\_\_\_. **Sentido e Referência**. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Cambridge: Harvard University, 1980.

RUSSELL, Bertrand. **Da denotação**. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

STRAWSON, Peter F. **Escritos lógico- lingüísticos**. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. v. 42, p. 265- 351.

WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. **Carnets 1914- 1916**. Paris: Gallimard, 1971.

\_\_\_\_\_. **Investigações filosóficas**. Trad. Jose Carlos Bruni. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

**Autor:** Almeida, Jones Alberto, Prof. Doutor em Literatura Comparada  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
E-mail: jones.almeida@grupoccr.com.br